

## Efeitos climáticos e efeitos políticos

Giovanni Sandes

O setor energético brasileiro, profissionalizado, é especialmente sensível a intempéries naturais, apesar de o País ter um excelente nível de técnicos e engenheiros. O problema é quando a política - não no sentido de discussão séria, mas no infeliz tom retórico e pejorativo adotado comumente - exerce interferência no debate de uma área tão cara à economia e ao desenvolvimento. Aqui nem cabem mais números, tão explorados nas matérias que ilustram as primeiras páginas desta edição de Economia do JC. Basta mencionar a situação do novo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Ou citar o diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jérson Kelman.

Kelman "cantou" as dificuldades energéticas. Foi enquadrado por Dilma Roussef (Casa Civil) em uma reunião diante do presidente Lula. Lobão assumiu o ministério, meio a contra-gosto de Dilma, e foi também enquadrado pela ministra para afinar o discurso.

Com o perdão da evidente pobreza do trocadilho, no governo de Lula fez-se o caminho inverso e se substituiu um ministro interino, após uma gestação de oito meses, por um "uterino": saiu Nelson Hubner, de perfil técnico, ligado a Dilma, e entrou Lobão, absolutamente sem histórico com o setor. Aqui não se discute a capacidade de adaptação de Lobão, mas sim o momento difícil enfrentado pelo País e aparentemente ignorado pelo Planalto.

O presidente nega a crise. Mas depois diz que a prioridade "é servir, é produzir energia para atender aos interesses da sociedade", em detrimento de gás natural veicular (GNV), usado em veículos, e gás para indústria. Talvez, apenas talvez, seja contraditório mencionar prioridades diante de um quadro que não exhibe escassez.

Hubner afirmou não haver risco de racionamento, mas, na semana passada, em meio à troca do comando de Minas e Energia para Lobão, foi reativado o seguro-apagão.

O problema do Brasil, para além do setor elétrico, não é a capacidade de gerenciar crises, é a falta de transparência e o descasamento dos dirigentes ante a realidade. É o medo de assumir um problema por questões políticas, na maioria das vezes. E o cidadão comum observa por uma fresta criada entre a crença nas evidências ou em legendas partidárias.

Longe de Brasília, é difícil não escutar um taxista no Recife, entre uma corrida e outra, dizendo que reza para o gás natural não subir mais, porque investiu R\$ 2.500 em um kit de conversão. Ou ouvir de um executivo, de uma empresa que adotou gás natural, que terá dificuldade de arrumar recursos para o empreendimento ser "bicomustível".

Voltando ao Planalto: Dilma e Lula ficaram satisfeitos com a primeira entrevista coletiva de Edison Lobão e com a explicação do novo ministro sobre o ministério não ter "porteira fechada" (indicação política para os principais cargos) e sobre a "não-disputa" de PT e PMDB por vagas na pasta.  
*gsandes@jc.com.br*

In: Efeitos climáticos e efeitos políticos. **Jornal do Comércio (PE)**, Economia, Coluna por Giovanni Sandes, pág. 02, 20 janeiro.2008.